

1 **Ata da 6ª da reunião do CONDEPH - Conselho Municipal de Defesa e Preservação do**
2 **Patrimônio Histórico-Cultural**

3 No décimo oitavo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas e dez minutos
4 da manhã acontece a primeira reunião extraordinária do CONDEPH - Conselho Municipal de Defesa
5 e Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural. A reunião se inicia com as palavras de saudação do
6 presidente Harrison Camargo, após o mesmo expõe que esta reunião seria de pauta única o qual se
7 refere a minuta de alteração da Lei de incentivos fiscais ao patrimônio histórico. O presidente
8 agradeceu a presença do Dr. Márcio José Rodrigues Filho, que representa o IPHAN - Instituto do
9 Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Após a chamada do presidente, Camila Souza toma a
10 palavra e explica que a primeira revisão da minuta foi feita e baseada nos apontamentos realizados
11 na última reunião, a qual foi solicitado a junção das ideias para a melhoria da minuta. Em
12 continuidade, Camila questiona se o representante do IPHAN está ciente da minuta. O Dr. Márcio
13 toma a palavra, inicia com saudações ao conselho e diz que fez uma leitura breve do material.
14 Segundo Márcio, em sua leitura do material, é deixado bem explícito a intenção de promover o
15 desenvolvimento econômico na cidade na área do turismo e cultura, políticas de habitação e a
16 requalificação desses bens. Em continuidade nas palavras, o Dr. Márcio fez alguns questionamentos
17 a conselheira Camila sobre essa renúncia fiscal do município e outro ponto que foi ressaltado é sobre
18 o entendimento do que vem a ser uma atividade turística e cultural, e o que não vem a ser. Foi
19 questionado também se no município de Paranaguá existe um fundo de cultura. Em seguida, o
20 presidente Harrison retoma a palavra. O presidente confirma a existência do plano de cultura e o
21 fundo, também explica sobre a questão da atividade turística e cultural apontada anteriormente. Após
22 a palavra é direcionada a Camila pelo presidente para continuidade das explicações. Camila inicia
23 explicando sobre os graus de proteção do bem histórico e que os graus expressos na minuta foram
24 estipulados pela Secretaria do Estado, no qual se refere ao Tombamento Estadual. Alega também
25 que também consta na lei municipal a discriminação dos graus de proteção. Quanto à renúncia fiscal
26 do município, Camila diz que esse questionamento é pertinente nas reuniões e com isso a ideia de
27 solicitar um representante da Secretaria Municipal da Fazenda para auxiliar nas questões
28 econômicas foi sugerida e está em prosseguimento. A conselheira ainda continua explicando sobre a
29 questão de isenção dos impostos, como atualmente é feito essa avaliação e a aplicação da nova
30 proposta de lei atuaria sobre estes imóveis. O conselheiro Rhene faz alguns apontamentos
31 pertinentes quanto ao escalonamento dos descontos e ainda em sua fala, diz que é mais válido uma
32 abrangência maior nessas vertentes para a avaliação não se tornar engessada. O presidente
33 Harrison questiona se mais algum conselheiro tem mais algum apontamento a fazer. Rhene toma a
34 palavra novamente e parabeniza o desenvolvimento que a proposta de lei vem acontecendo e
35 questiona sobre os documentos solicitados ao requerente e diz que a exigência de matrícula
36 atualizada seja interesse apenas para isenção do ITBI e sobre as avaliações sobre as inscrições
37 fiscais, o conselheiro se mostra a favor de uma avaliação individualizada sobre as inscrições fiscais
38 que contém mais de uma unidade. Ainda sua fala, comenta sobre o prazo da declaração que cede o
39 desconto aos requerentes que poderia ser estendido para evitar requerimentos anuais, faz uma
40 sugestão de validade de até quatro anos. Sobre a disposição desses benefícios, o conselheiro fala
41 que o possuidor dos imóveis deve ter direito a estes benefícios, não apenas a patrocinadores e
42 proprietários. Saliente em sua fala que o código tributário municipal prevê que o possuidor também é
43 responsável pelo tributo. Camila toma a palavra e questiona ao conselheiro se é válido fazer dois
44 tipos de procedimentos quanto a apresentação de documentação de abertura de processo, um para
45 ITBI e outro para IPTU. Rhene se põe a favor quanto ao questionamento de Camila. O presidente
46 Harrison diz que seria interessante redigir todos os apontamentos feitos na reunião para que seja

47 feita uma votação posterior. E sugere uma nova reunião para a votação de todas as observações
48 feitas nesta reunião. Camila se posiciona a favor e continua em sua fala irá fazer o levantamento das
49 observações em comparativo do que já está sendo elaborado para apresentação na próxima reunião.
50 Ainda em sua fala, diz que se houver mais algum posicionamento dos conselheiros após a reunião
51 entrar em contato através do grupo no Whatsapp para que seja incluído no levantamento. O
52 presidente consente com a fala da conselheira e questiona se alguém se opõe. Os conselheiros se
53 manifestam de acordo. O presidente agradece a presença de todos nesta reunião. Questiona se os
54 conselheiros têm mais alguma manifestação. Não havendo manifestações a reunião é dada por
55 encerrada.

56

57

58

Harrison Moreira de Camargo

Presidente do Conselho Municipal de Defesa e Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural